

INADEQUAÇÃO MORAL E AUTORITARISMO: REPRESENTAÇÕES DO ÉTHOS BRASILEIRO NA LITERATURA

Ivan Albuquerque Araujo¹

RESUMO

O presente artigo discutirá algumas obras clássicas da literatura brasileira em três níveis de análise: morfológico, interacional e o simbólico-intelectual (RAMOS, 2013). As principais obras analisadas são *Memórias de um sargento de milícias* (ALMEIDA, 2011) e o conto machadiano *A Igreja do diabo*. Dessa forma, foi possível estabelecer pontos de contato entre características do Brasil e elementos presentes em nossa literatura, sobretudo a questão da inadequação moral e do autoritarismo.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; interpretações do Brasil; autoritarismo.

ABSTRACT

This article dissertates about certain Classical Brazilian literature at three levels of analysis: morphological, interactional, and symbolic-intellectual (RAMOS, 2013). The main works examined are *Memoirs of a Militia Sergeant* (ALMEIDA, 2011) and the Machadian story *The Devil's church*. Thus, it was possible to establish a commonality between Brazilian particularities and elements in our literature, notably the matter of moral inadequacy and authoritarianism.

KEYWORDS: Literature; interpretations of Brazil; authoritarianism.

INTRODUÇÃO

A correlação entre enredo literário e fato histórico não é perfeita. Este tampouco seria o interesse dos grandes escritores. Articular alguns tipos de papéis sociais, mais ou menos genéricos, e dignos de verossimilhança com aspectos sociais e culturais historicamente delimitados é parte constitutiva de boa parte das obras literárias. Neste ensaio, o fio condutor será a obra *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida. Nela

¹ Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo concluído o mestrado em Ciências Sociais pela PUC/RJ em 2019. Graduado em Ciências Sociais pelo CPDOC/FGV.

deparamo-nos com diversos tipos sociais catacterísticos do Brasil, bem como práticas e instituições sociais que nos caracterizam (WEBER, 1999, p. 106).

Para utilizar o livro como uma fonte digna de estudos, faz-se necessário compreendê-la como composta por dois grupos de elementos: os elementos técnico-formais e os elementos representativos. Então, uma boa análise histórica sobre esse tipo específico de fonte deve fornecer ao seu interlocutor tanto reflexões sobre aspectos internos a obra, como a narrativa, o gênero literário; quanto reflexões sobre os aspectos presentes no texto que representam determinados contextos e personagens históricos, tal qual narrativas críticas ou elogiosas acerca de determinados “tipos sociais”.

Em primeiro lugar, devemos ter em mente a articulação clara entre “evidência” e “representação”, ou seja, a linguagem própria da obra, por meio de seus arquétipos, articulada com as representações da realidade histórica e social. Em segundo lugar, admite-se que há um descompasso entre realidade e representação da realidade. Por fim, a importância do contexto exterior à obra, isto é, tanto o contexto de produção da obra quanto o que diz a crítica literária.

A presente exposição versa sobre a inadequação entre a moralidade profundamente relacional praticada no Brasil e algumas teorias morais amplamente difundidas, tal qual o problema da autoridade e da cidadania no Brasil. Em *Memórias*, podemos observar uma narrativa leve que na intenção de divertir o leitor traz as trapalhadas e contendas no qual os dois Leonardos envolvem-se. A falta de pretensão acadêmica, dá a Almeida a possibilidade de ignorar os grandes padrões morais (utilitarismo, deontologia kantiana), e trazer soluções mais espontâneas e profundamente relacionais para os percalços que atravessam o caminho dos protagonistas. Os grandes dilemas encontrados na obra desfazem-se por meio de categorias mais singelas e mais reais como a astúcia, a malandragem, a troca de favores, a figura da vingança e da *contravindança*. E, principalmente, o aspecto fortuito da ação dos personagens.

Para realizar esta empreitada reflexiva, este texto se divide em quatro partes. A primeira diz respeito ao cabedal teórico para análise das obras literárias; a segunda parte aborda a obra em si, e a visão de alguns de suas críticas mais famosas, trazendo a representação da malandragem como uma grande categoria de análise para entendermos o país; a terceira parte aborda a articulação entre filosofias morais consagradas e concepção da moralidade brasileira presente em *Memórias*, além de um paralelo com a concepção de moralidade existente no conto

machadiano *A igreja do Diabo*. Por fim, tentamos articular a discussão precedente com a questão da autoridade no Brasil.

Literatura e teoria social

Nesse momento, analisaremos textos literários (romances) e a trajetória de vida de Graciliano Ramos, intelectual perseguido pelo regime, assim como sua relação com outros intelectuais. A resenha de Mendes (1997) sobre o livro *Memórias do Cárcere* nos oferece caminhos para estabelecer relações entre a liberdade interna e externa:

Graciliano menciona o problema da língua no que poderia ser considerado como uma afirmação das regras do jogo para seu futuro duplo textual: ‘começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a delegacia de ordem política e social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer’. Pode-se chegar à liberdade no terreno estreito para manobrar dentro de limites fixos: ‘liberdade completa ninguém desfruta’. (MENDES, 1997, p. 34).

Percebemos, portanto, que o ato de escrever, apesar de tirá-lo “das grades negras e úmidas da prisão”, cria limites necessários para construir mundos possíveis e impossíveis. Essas noções de liberdade e limitação dentro do universo da escrita ficcional serão empregadas no trato com as fontes e, para tal, precisamos de um método apropriado.

Na tese de doutorado defendida por Ramos (2013, p. 62-8) deparamo-nos com um modelo de análise da atuação dos intelectuais; método que requer a análise da sociabilidade do trabalho intelectual, as trajetórias, a produção (livros, jornais, revistas, conferências), tal qual as redes formadas por estes – no caso da oposição, a falta de redes e meios adequados para a produção e difusão significaria um importante achado de pesquisa.

Adentrando no método proposto, percebe-se a existência de três níveis de análise com elevado grau de interdependência, os três níveis de análise são: o morfológico, o *interacional* e o simbólico-intelectual. Fazem, respectivamente, referência a três elementos sociais: o espaço social, as interações e o corpus simbólico em que suas ideias se inserem.

No nível morfológico de análise, aquele que diz respeito ao espaço, dedica-se ao estudo dos ambientes físicos e aos cenários em que se realizam as ações destes indivíduos. “Interessa, aqui, aqueles locais em comum a determinado grupo, onde encontros face a face ocorrem e laços de sociabilidade são construídos” (Idem, p. 66).

O nível *interacional*, por sua vez, pretende captar a formação de grupos, redes intelectuais e o seu desenvolvimento ao longo do tempo, observando a posição, os papéis e a hierarquia que os atores ocupam nessa dinâmica. Atentando principalmente para os encontros e sociabilidades envolvidos. O último nível de análise denominado de simbólico-intelectual define que “não se trata, no entanto, de analisar apenas este pensamento, buscando sua lógica e compreensão internas ou suas relações com o contexto intelectual no qual foi produzido, mas de relacioná-lo com o próprio grupo, com o ambiente social no qual se desenvolveu” (Idem, p. 68).

Dessa forma, como utilizar obras literárias como fontes fidedignas do pensamento social brasileiro? Percebendo uma obra literária como fruto da experiência pessoal do autor acerca das convenções sociais, normas e valores em determinados contextos, assim sendo, utilizarei essa análise *multinível*.

A ontologia da malandragem

Memórias traz um casamento perfeito entre diversos tipos de romantismo (representativo, documentário e pícaro) e um realismo limpo e não excessivamente descritivo, como *O cortiço*. A obra possui a principal característica do gênero romântico: conta um fato e descreve um personagem extremamente verossímil. Ou seja, com a missão principal de divertir o leitor e reproduzir a vida tal como é, com suas confusões e trapalhadas, mesmo estando ancorada na percepção do autor acerca da realidade, uma representação delimitada historicamente e socialmente.

Congrega, segundo Antônio Candido

“elementos arquetípos, que trazem a presença do que há de mais universal nas culturas, puxando para a lenda e o irreal, sem discernimento da situação histórica particular. De outro lado, a percepção do ritmo social puxa para a representação de uma sociedade, historicamente delimitada, que ancora o livro [...]” (CANDIDO, 1970, p. 83).

Parte da comicidade da obra advém do caráter fortuito da ação dos dois “Leonardos”, Cândido retrata muito bem essa característica no trecho: “Com efeito, pai e filho materializam as duas faces do *trickster*: a tolice, que afinal se revela salvadora, e a esperteza, que muitas vezes refunda em desastre, ao menos provisório.” (Idem, p. 72).

A astúcia pela astúcia. Manuel Antônio de Almeida inaugura, portanto, o “romance de malandro”. Através dos percalços de Leonardo, traz à baila aspectos da alma brasileira, ou seja, a dialética da ordem e da desordem, a malandragem por si; atitudes típicas de quem age conforme a máxima: “tudo vai bem quando acaba bem”, independentemente das armadilhas que a vida nos prepara. Ou que nós mesmo preparamos. (CANDIDO, 1970).

O principal legado da obra, bem como da crítica consagrada, é estabelecer certa *ontologia da malandragem*, a malandragem como um fim em si mesmo. O malandro, figura comum em diversos folclores e característica de heróis populares distintos, tem em *Memórias* sua inauguração no Brasil, mostrando como Leonardo manifesta o amor pelo jogo-em-si (mesmo quando está prestes a se livrar de encrencas), afastando o malandro do sujeito pragmático, da escolha racional.

Filosofia moral

“A surpreendente imparcialidade com que trata os personagens, rompendo a tensão romântica entre o Bem e o Mal por meio de um nivelamento divertido dos atos e caracteres.” (CANDIDO, 2013, p. 531).

O filósofo americano Michael Sandel, em seu livro *Justiça: a coisa certa a fazer*, nos mostra que existem três tipos de correntes para o que ele chama de “justiça e a vida boa”, isto é, três correntes possíveis para uma filosofia moral:

Uma delas diz que justiça significa maximizar a utilidade ou o bem-estar – a máxima felicidade para o maior número de pessoas. A segunda diz que a justiça significa reiterar a liberdade de escolha – tanto as escolhas reais que as pessoas fazem em um livre mercado (visão libertária) quanto as escolhas hipotéticas que as pessoas deveriam fazer na posição original de equanimidade (visão igualitária liberal). A terceira diz que justiça envolve o cultivo da virtude e a preocupação com o bem comum. (SANDEL, 2012, p. 321).

Como fica claro a partir da citação, existe a corrente *utilitária* que defende uma moral baseada em aspectos mundanos como utilidade, prazer, dor. Outra corrente que defende a *liberdade* de escolha. E as filosofias morais *deontológicas*, estas defendem concepções universais do bem e do mal, que são intrínsecas a elas mesmas. No caso da realidade brasileira, a partir de *Memórias*, podemos perceber que a única ontologia possível na ação dos personagens é a da malandragem. Astúcia pela astúcia. Ou seja, a ideia do bem, o dever ser (deontologia) da

ação correta é movida por aspectos extremamente mundanos. Existe uma correlação enorme entre deontologia e utilitarismo na alma brasileira, mas não nos enquadrarmos em nenhuma dessas formas de filosofias morais de forma integral e perfeita.

Ao mesmo tempo que há uma necessidade de maximização do prazer, de ganhar uma herança a qualquer custo, há, também, a valorização do “jogo-em-si” como um norte moral. O aspecto mais corriqueiro da vida contém a sua porção sacralizada dentro da moral brasileira.

O crítico literário Mário Vieira de Mello (1963, por sua vez, no livro *Desenvolvimento e Cultura*, destaca que a *alma brasileira* seria incapaz de encarar a existência como um problema moral, em que o bem e o mal são objetivos e frutos de uma escolha singular, como uma questão estética. Ou seja, qualquer elemento ou regime pode ser alterado independente das consequências que surjam. Assemelhando-se a uma obra de arte em que você pode modificar mesmo que isso ocorra às custas dos outros ou até de si mesmo. Temos, nessa leitura, portanto, que ao invés de categorias morais estanques, teríamos, no Brasil, um grande niilismo moral. Seja assim, ou seja aproximando deontologia e utilitarismo, podemos perceber a inadequação das filosofias morais europeias para caracterizar a natureza da escolha moral presente na realidade brasileira.

No conto machadiano *A igreja do diabo*, podemos observar um descompasso entre a visão moral contida na obra e a visão moral cristã. Na cosmovisão católica, o mal é englobado e superado pelo bem. O diabo é visto como a corrupção de Deus. O que Machado de Assis faz nesse conto é alçar o “diabo” a um patamar de igualdade com relação a Deus. Qualquer fundamento para a moralidade passa a ser válido; nos joga no niilismo moral. Mas, paradoxalmente, a escolha humana é que nos salva de seguir o caminho proposto pela Igreja do Diabo.

Em certo sentido, o que Machado de Assis e Manuel Antônio de Almeida apontam em suas obras é a existência, no Brasil, de uma moralidade de grupo (a moralidade relacional fruto de formas espontâneas de sociabilidade) em detrimento das visões naturalizadas e objetivas do “bem” e do “mal”.

Culpa, autoridade e o brasil

O cientista político chileno Pablo Policzer (1998, p. 329) em seu artigo intitulado *A Polícia e a Política de Informações no Chile durante o Governo Pinochet*², defende uma tese demasiadamente oportuna para as pretensões deste artigo. Para ele, o governo é exercido através de instituições políticas e sociais, contudo, estas instituições não moldam apenas os regimes que compõem, uma vez que, “os regimes podem ir e vir, mas as instituições de governo - o Estado - tendem a permanecer”. Isto significa, que traços da moralidade brasileira descritos em *Memórias*, podem permanecer na forma de agir do “brasileiro” até os dias atuais.

Certamente, o caráter relacional, espontâneo dos padrões morais brasileiros e suas implicações fazem parte das instituições que permanecem, mesmo com as inúmeras mudanças de regimes. Antônio Cândido, no já citado *Dialética da Malandragem*, observa que a obra de Almeida cria um “universo sem culpa”, em que reinaria uma “neutralidade moral”. Não haveria ideais ontológicos de bem e mal objetivos, não haveria “males definitivos ou irremediáveis”, a ontologia primordial seria a relação dos dois protagonistas com o “jogo-em-si”, com as peripécias e confusões criadas ao doce sabor dos acontecimentos (CANDIDO, 1970, p. 84).

Esta ideia de um mundo sem culpa, pode ser observada nas palavras de Cândido:

Diversamente de quase todos os romances brasileiros do século 19, mesmo os que formam a pequena minoria dos romances cômicos, as *Memórias de um Sargento de Milícias* criam um universo que parece liberto do peso do erro e do pecado. Um universo sem culpabilidade e mesmo sem repressão, a não ser a repressão exterior que pesa o tempo todo por meio do Vidigal e cujo desfecho já vimos. (Ibidem).

Para lidarmos com esse mundo sem culpa, surge a figura da autoridade exterior, para causar os constrangimentos, e se fazer cumprir a lei civil e, em muitos casos, a lei religiosa. Cândido (1970, p. 86) nos mostra que, no desenvolvimento histórico dos EUA, a ação da ética protestante e do *Rule of Law*, foram decisivas criar nos atores sociais, bem como nas comunidades, um sentimento interior do pecado e uma cultura da punibilidade exterior. No Brasil, entretanto, os atores e as comunidades em que estes se encontravam nunca, nas palavras de Cândido, teriam encontrado essas formas e, portanto, “as formas espontâneas de sociabilidade atuaram com maior desafogo e por isso abrandaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos da consciência.” (Ibidem).

² Policzer faz parte de um grupo de intelectuais que têm deslocado o foco dos estudos sobre autoritarismo. Ao invés de olhar somente para as práticas autoritárias do Estado, percebe as bases sociais e culturais do autoritarismo.

Estes “conflitos de consciência” menos dramáticos são uma importante ferramenta para entendermos a visão brasileira da autoridade. Podemos nos questionar, no entanto, se há, no Brasil, uma sociedade inteiramente sem culpa e sem a noção de pecado, como aponta Antônio Candido. Talvez, o exagero seja fruto de uma preocupação de criar uma grande teoria que congregasse crítica literária e uma visão de mundo. Almeida tem uma preocupação em seu livro: narrar a história. Ser fidedigno à alma brasileira. Traz uma crítica sutil à sociedade de Corte – como seria depois reaproveitada por críticos como Antônio Candido para “provar” uma espécie de comportamento que estruturaria o Brasil até os nossos dias, dentro de seu grande quadro teórico.

A autoridade, no Brasil, se vê como um agente moral, um ser iluminado que busca corrigir as falhas de nosso povo. No livro esse papel cabe a Major Vidigal. As consequências disso são o culto ao cargo e uma espécie de incompletude da cidadania no Brasil fruto da discricionariedade de alguns destes semideuses.

O culto ao cargo pode ser percebido tanto pela repetição do termo “major” acoplado ao nome de Vidigal, mesmo quando este está fora dos limites de sua função ou de seu “batalhão”. Mas, fica mais cristalino ao compararmos o conto machadiano *O Espelho – Esboço de uma nova teoria da alma humana* e o livro de Oscar Wilde intitulado *Retrato de Dorian Gray*. Nos dois livros temos a figura do espelho como algo central. No caso do romance inglês, Dorian Gray é um homem belo e boêmio que posa para um artista, um quadro de corpo inteiro. Este retrato, de tão perfeito, torna-se um espelho de sua alma; o romance constrói uma crítica à possibilidade de convivência da beleza e da vitalidade exterior com uma existência vazia, hedonista, repleta de vícios e, até mesmo, criminosa.

No Brasil machadiano, entretanto, não é a boemia que convive com uma possível beleza exterior; o “espelho da alma” mostra que a feiura moral convive muitas vezes com o orgulho do título. O cargo substitui o autoexame moral. A baixa moral e a vida tumultuada são trocadas, no caso brasileiro, não por uma promessa de beleza e vitalidade eterna, mas sim, por uma posição elevada dentro da burocracia, garantindo privilégios, pequenos poderes ou, até mesmo, um status de cidadão “elevado”.

A segunda característica da autoridade no Brasil, como já foi mencionado, é a incompletude da cidadania no Brasil. Isto é, a fraqueza da lei interior sugere a existência de uma coação externa, que pode vir em forma do culto ao cargo ou criando desigualdades

estruturais. Quando Leonardo é preso pelo Major Vidigal, podemos nos deparar com o seguinte trecho: “Foram ter com o Vidigal, e sem precisar mentir armaram ao Leonardo uma cama muito bem feita; era um homem sem ofício nem benefício, vivendo à custa alheia [...]” (ALMEIDA, 2011, p. 83).

Este trecho nos mostra que há tipos ideais de cidadão no Brasil, que apenas por possuírem certas características (ou características erradas, depende do ponto de vista), são considerados culpados, antes mesmo de um julgamento, enquanto outros são inocentes até quando condenados em instâncias superiores. Este processo só é possível pela discricionariedade que é atribuída a diversas autoridades no Brasil. Portanto, não haveria incentivos para que os homens de cargo fiquem restritos às suas funções.

José Murilo de Carvalho (1992) cria uma tipologia para explicar a “cidadania incompleta” do Brasil³. Para ele haveria três classes de indivíduos: o Doutor, o crente e o “macumbeiro”. O primeiro está acima de qualquer suspeita, o segundo possui o benefício da dúvida, o terceiro era o Leonardo, culpado antes mesmo de surgir a acusação. O que lhe resta é a astúcia pela astúcia. E aos escritores, intérpretes e dramaturgos resta romancear, abordar este recurso tão útil em nossa cidadania pouco republicana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias** / Manuel Antônio de Almeida. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 258 p. – (Série prazer de ler ; n. 2).

CANDIDO, Antônio. Dialética da malandragem. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da USP**, n. 8, 1970.

CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.

CARVALHO, José Murilo. Interesses contra a cidadania. In: MATTA, Roberto da et al. **Brasileiro: cidadão?**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1992. p.87-125.

³ Cabe destacar que, para Carvalho (2007, p. 10), o conceito de cidadania foi forjado no país *pari passu* ao processo de construção da nacionalidade no Brasil oitocentista.

CARVALHO, J. M. (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 473p.

JUDT, Tony. **O Peso da Responsabilidade: Blum, Camus, Aron e o século XX francês**; tradução Otacílio Nunes. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

MIRANDA, Wander Melo. **Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago**. Belo Horizonte: Editora UFMG EDUSP, 1992.174 p.

MENDES, L. P. **O cárcere da memória: Em Liberdade, de Silviano Santiago**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1997. (Tradução/Artigo).

MELLO, Mário Vieira de. **Desenvolvimento e Cultura**. 3. ed., Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1963.

POLICZER, Pablo. A Polícia e a Política de Informações no Chile durante o governo Pinochet. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.12, n.22, p.10, 1998.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. **O integralismo entre a família e o Estado: uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. 2. Vol. 5th ed. São Paulo: Martins, 1965.

SANDEL, Michael. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.).

FERNANDES, Florestan (Coord.). **Weber – Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999, p. 79-127.

Recebido em: Junho de 2021
Aprovado em: Setembro de 2021.